

A gestão voltada para a responsabilidade ambiental: considerações sobre as instituições educacionais

Management turn toward environmental responsibility: considerations about the education institutions

Henrique César Muzzio de Paiva Barroso¹ e Francisco José da Costa²

Resumo

Este trabalho apresenta algumas considerações sobre a gestão focada na responsabilidade ambiental considerando o papel exercido pelas instituições educacionais na construção deste novo paradigma. Partiu-se do pressuposto de que a responsabilidade ambiental somente se consolidará a partir da adoção de seus princípios pelas instituições escolares. Procedeu-se uma revisão bibliográfica sobre o estado da arte da gestão ambiental e sobre a caracterização da instituição educacional. Adotou-se como referencial de análise alguns aspectos ligados à educação ambiental, além de aspectos de natureza administrativa, como a questão da qualidade e a questão dos custos. No desenvolvimento da análise estas três variáveis são abordadas sobre três elementos fundamentais: os estudantes, enquanto receptor direto dos serviços; a instituição, a fornecedora dos serviços; e a sociedade em geral, considerada também como receptora indireta dos serviços. A análise permitiu concluir que, além da necessidade do envolvimento das instituições educacionais no debate sobre a questão ambiental, a adoção de um modelo de gestão com foco na responsabilidade ambiental promove diversos benefícios para a organização, que vão desde o melhor cumprimento de sua missão educativa até a constituição de vantagem competitiva.

Palavras-chave: Meio ambiente. Gestão ambiental. Instituição de ensino

Abstract

This work presents some considerations on the administration focused in the environmental responsibility considering the paper exercised by the education institutions in the construction of this new paradigm. It broke of the presupposition that the environmental responsibility will only consolidate starting from the adoption of their principles for the school institutions. The paper is a bibliographical revision on the state of the art of the environmental administration and about the characterization of the education institution. It has adopted as analysis referencial some linked aspects to the environmental education, besides aspects of administrative nature such, as the subjects of quality costs. In the development of the analysis these three variables are approached on three fundamental elements: the students, while direct receiver of the services; the institution, the supplier services; and the society in general, also considered as receiving institution of the services. The analysis allowed to end that, besides the need of the involvement of the education institutions in the debate on the environmental subject, the adoption of an administration model with focus in the environmental responsibility promotes several benefits for the organization, that space from the best execution of his/her educational mission to the constitution of competitive advantage.

Keywords: Environment. Environmental management. Educational institution.

Introdução

O debate ambiental permeia praticamente toda a sociedade neste início do século XXI. Administração de Empresas, Educação, Direito, Economia, Geografia, são algumas das ciências que se vêem envolvidas, diretamente, na discussão sobre o meio ambiente enquanto espaço de produção e consumo.

Renegado por muito tempo apenas a um mero estoque de recursos naturais “inesgotáveis”, o meio ambiente vem recebendo uma atenção crescente desde meados do século passado. Nações, instituições internacionais, entidades

¹ hmuzzio@bol.com.br - Mestre em Administração de Empresas, Professor da Faculdade Integrada do Ceará. Consultor Empresarial

² profranze@yahoo.com.br - Mestre em Administração de Empresas, Professor da Faculdade Integrada do Ceará. Consultor Empresarial

³ O setor educacional envolve uma série de atividades relacionadas à prestação direta de instrução, à infra-estrutura física, à indústria de material didático, aos centros de treinamento nas organizações dentre outras.

multilaterais, organizações não governamentais (ONG's), associações e a sociedade civil organizada em geral, passaram a debater e se preocupar com os limites e as conseqüências da exploração econômica desenfreada do meio ambiente.

Dentre essas discussões, a que mais se destacou até a década de 1970 foi a Estocolmo-72, influenciada pelo Clube de Roma, uma associação de cientistas, políticos e empresários preocupados com os problemas do crescimento econômico. Vinte anos depois, em 1992, o Brasil foi palco da ECO 92, onde uma discussão global voltou a debater as conseqüências da exploração ambiental. Em 2002, a Rio +10 na África do Sul é ambiente de calorosos debates sobre a mesma questão, embora com pouco consenso.

Não obstante a falta de consenso sobre qual deve ser o papel do meio ambiente do ponto de vista da produção de bens para o consumo humano, pode-se afirmar que alguns progressos existiram nestes últimos 50 anos. Isso não permite a interrupção dos debates, ao contrário, diante de um mundo cada vez mais consumista, é preciso que tais discussões sejam incentivadas. Aqui cabe lembrar do conceito de desenvolvimento sustentável que é "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias" (BRUDTLAND, 1988).

A despeito de todo o avanço nas discussões até aqui desenvolvidas em torno da questão ambiental, podemos estar seguros de que o debate ainda está iniciando. Conforme atestam Engri e Pinfield (1998: 389), "existem várias questões teóricas que permanecem, em grande parte, sem solução na literatura da teoria sociológica e organizacional sobre sistemas sociais como também na teoria ecológica sobre os sistemas ecológicos". A ampliação e aprofundamento do debate precisa adentrar as diversas esferas institucionais, desvinculando-se do âmbito industrial, que tem sido o principal foco nos últimos anos.

Um espaço propício para tais discussões é a instituição educacional, aqui entendida de forma ampliada para as várias instâncias de formação de cidadãos. Por sua natureza peculiar de envolver-se com o futuro, a instituição de ensino deve representar uma importante seara na discussão das questões ambientais. Com efeito, a proteção e o convívio como meio ambiente não passarão de retórica vazia enquanto não envolver as instituições de educação, não apenas como atividade curricular para os alunos, mas também como o exemplo da prática da gestão ambiental.

Nesse sentido, este ensaio tem como objetivos, instigar o debate ambiental e discutir o papel das instituições educacionais enquanto formadoras da sociedade do futuro, sociedade esta que irá gerenciar as atitudes do homem frente ao meio ambiente. Para isso este artigo está dividido em três momentos, além desta parte introdutória. Na primeira parte é apresentada uma síntese das principais considerações teóricas sobre o meio ambiente, do ponto de vista da produção e sustentabilidade. Na segunda seção comenta-se sobre novas perspectivas (ou apenas novas roupagens) do ambientalismo. A terceira parte apresenta considerações sobre o papel das instituições de ensino diante do debate ambiental. Por fim são apresentadas as conclusões juntamente com algumas recomendações de outros estudos.

1 O debate ambiental: as visões do ambientalismo

Uma primeira necessidade para a discussão seria quanto à definição do que seja o ambientalismo. Para Colby (apud Engri e Pinfield, 1998), o "ambientalismo refere-se a todos os fatores externos, físicos e biológicos, que influenciam diretamente a sobrevivência, o crescimento, o desenvolvimento e a reprodução dos organismos". Diante da amplitude desta definição, muito são as abordagens possíveis para discutir o meio ambiente.

A revisão da literatura mostra que a tônica das teorias ambientais é a diversidade e o antagonismo. Muitas foram as visões apresentadas, sobretudo nos últimos trinta anos, tendo desde de defesas românticas do meio ambiente, passando por atitudes utópicas e por posições radicais até aquelas que parecem representar uma posição de maior consenso na sociedade.

Engri e Pinfield (1998) apresentam uma classificação com três posições de relacionamento com a natureza, sendo um paradigma e duas perspectivas. O primeiro é o Paradigma Social Dominante, de natureza antropocêntrica com o homem como senhor da natureza e a razão da existência do conhecimento científico. Prevalente no mundo atual, aqui se busca a maximização do bem-estar humano, sob o ponto de vista material.

A primeira perspectiva é o Ambientalismo Radical, de natureza biocêntrica, com o homem como um participante passivo na natureza. Nessa perspectiva, cabe à ciência a busca de novas tecnologias que reduzam os impactos das interferências humanas na natureza. Esta perspectiva possui quatro filosofias: i) a ecologia profunda, filosofia que defende que os humanos não têm qualquer direito de interferir em todas as formas de vida (humana ou não); ii) a ecologia espiritual, que compartilha as idéias da ecologia profunda e prega que a alienação, alegando que a visão de mundo mecanicista só pode ser combatida pelo retorno da ligação sagrada do homem com todos os aspectos da criação; iii) a ecologia social, que defende uma comunidade ecológica, democrática e participativa para criar uma nova sociedade livre da opressão ecológica e natural; iv) e o ecofeminismo, a qual afirma que a dominação da natureza é interpretada como um reflexo da dominação hierárquica dos homens, baseada em gênero, raça, etnia e classe social.

A segunda perspectiva é o Ambientalismo Renovado e possui características presentes tanto no Paradigma Social Dominante como no Ambientalismo Radical. O chamado desenvolvimento sustentável é seu principal modelo, defendendo

uma visão de que é possível conciliar crescimento econômico e preservação ambiental. Essa perspectiva possui duas vertentes: i) a ecologia ecológica, que incorpora a quantificação das comparações entre benefícios e custos econômicos e ambientais para a gestão do nível adequado de poluição e compensação econômica pela degradação ambiental; ii) e a ecologia industrial, que se preocupa com os meios para conseguir sistemas produtivos ambientalmente sustentáveis.

A questão ambiental também foi abordada sob o ponto de vista econômico. Dentre as principais escolas econômicas comentadas por Ely (1986), a Escola Pessimista defendeu que, pela natureza do processo produtivo, a degradação ambiental estaria sem solução e a existência humana seria uma questão de tempo. Mesmo com uma visão pouco provável, tal escola teve o mérito de alertar o mundo para o problema ambiental.

Já a Escola Minimalista colocou a questão ambiental em segundo plano, defendendo que a produção de bens e serviços deveria existir para resolver os problemas sociais, como fome e miséria. Já a chamada Escola do Crescimento Zero pregava a total paralisação do crescimento da produção de bens e da população, responsáveis pela degradação ambiental.

Ao longo do tempo, a diversidade de teorias ambientais coaduna com a amplitude do campo de estudo, ou seja, as organizações e o meio ambiente. Este fenômeno expõe novas interpretações que muitas vezes são contestadas, abrindo espaço para o debate. Nesse sentido, este ensaio traz a discussão de um novo ambientalismo, se é que ele existe.

2 Um novo ambientalismo?

Dentre as correntes do ambientalismo comentadas no item anterior, a maioria reflete uma posição de exclusão frente às demais correntes. Para os defensores do novo ambientalismo, tal postura mecânica parece não espelhar os novos paradigmas que permeiam a sociedade pós-moderna. A visão mecanicista de posicionamentos mutuamente excludentes não é mais suficiente para explicar esta e tantas outras questões no momento atual.

O novo ambientalismo precisa ser analisado sob uma ótica complementar entre as escolas ambientais. A verdade não está na dicotomia do “ou” e sim na visão plural do “e”. Ao longo dos tempos, sempre se observou o dilema produzir x preservar. Há defensores para ambos. É preciso produzir para suprir as necessidades do homem, mas também é preciso permitir uma convivência harmoniosa com o meio ambiente, para que a produção não venha a inviabilizar o bem estar do próprio homem no médio-longo prazo. Qual é o limite prudente dos níveis de produção? Quem está com a verdade?

Na visão da perspectiva do Ambientalismo Renovado, Callenbach *et al.* (2001) argumentam que o objetivo do gerenciamento ecológico é minimizar o impacto ambiental e social das empresas, e tornar todas as suas operações tão ecologicamente corretas quanto possível.

Neste sentido, Porter e Linde (1999) afirmam que é possível a convivência pacífica entre o produzir e o preservar, e que a visão de restrições ambientais causando perdas de competitividade já não é verdade. Os autores, que defendem que a poluição é uma forma de desperdício econômico, afirmam que a inovação, e a competitividade advinda, conseguem neutralizar os eventuais gastos para o controle da poluição.

Ainda segundo Porter e Linde (1999) a inovação garante a preservação quando: i) utiliza novas tecnologias e abordagens que minimizam o custo de tratamento da poluição, e ii) combate as causas básicas da poluição a partir da melhoria da produtividade dos recursos.

Os críticos deste novo ambientalismo afirmam que a inserção do setor empresarial “verde” ocorreu mais devido ao aspecto econômico, e não pelo aspecto ecológico em si (Layrargues, 1996; Leis, 1999). Segundos esses autores, respeitar as leis ambientais passou a ser estratégico para o setor empresarial ao reduzir a possibilidade de aplicação de sanções econômicas pelo poder público (como é o caso brasileiro onde existem muitas pesadas do ponto de vista financeiro). Existe ainda a possibilidade de usar o verde como bandeira, como uma estratégia de marketing, para parecer politicamente correto. Já para Carrieri (2000), apenas “sobre pressões sociais as organizações têm tentado abarcar o discurso ‘ambientalista’”.

Toda essa discussão ganha força nas decisões estratégicas empresariais no momento em que a questão ambiental passa a ser fator de análise para o mercado consumidor. Incentivado pela propaganda da degradação do meio ambiente, pelo aumento dos níveis de poluição e os riscos decorrentes, a sociedade posiciona-se de maneira muito mais crítica e fiscalizadora, obrigando as empresas a reavaliar suas lógicas produtivas.

No caso específico do Brasil, a sociedade tem discutido, no nível necessário, as implicações ambientais da produção? A legislação é suficiente para proteger a sociedade de desvios de conduta pelo setor produtivo? Onde esse debate tem ocorrido com maior frequência? Essas e outras perguntas ainda não possuem respostas satisfatórias, embora o tema exija maiores preocupações. Talvez instigar o debate nas entidades educacionais seja um bom começo.

3 As instituições educacionais e o debate ambiental

Nesta seção discutimos a gestão voltada para a responsabilidade ambiental nas instituições educacionais. Deste modo, apresentamos inicialmente algumas considerações sobre as instituições educacionais, de modo a melhor compreender os conceitos e variáveis associados a estas. No segundo momento apresentamos algumas considerações sobre os fatores delimitados para este trabalho.

3.1 O que são organizações educacionais?

As instituições educacionais são organizações que têm como objetivo a formação de crianças, jovens e adultos, de modo a perpetuar e desenvolver a cultura, desenvolver a personalidade individual e promover a socialização. Por sua finalidade de fornecimento de educação de forma regular e sistematizada, as escolas têm um papel social distinto e complementar às demais instituições educativas da sociedade, como a família ou a igreja.

Devemos entender as instituições educacionais como a parte mais importante do setor educacional³. Este setor tem significativa representação na economia brasileira, movimentando, segundo dados apresentados pela revista Exame, aproximadamente 90 bilhões de reais por ano, computando-se os investimentos públicos e privados, o que equivale a 9% do Produto Interno Bruto (PIB) do país (ROSENBERG, 2002).

Devemos entender ainda instituições educacionais como aquelas voltadas para a oferta de instrução nos níveis de educação básica, nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e ensino superior, além das instituições ofertantes de cursos de línguas estrangeiras, cursos profissionalizantes e cursos livres.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9394 de 20/12/1996), em seu artigo 19, classifica estas instituições, segundo a orientação administrativa, em públicas, referindo-se àquelas criadas ou incorporadas, mantidas e geridas pelo Poder Público; e privadas, assim entendidas as instituições mantidas e gerenciadas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (CARNEIRO, 1998).

O conjunto de transformações experimentado pela sociedade, especialmente a partir do século XX, tem sinalizado para as instituições educacionais um papel de responsabilidade crescente. De acordo com DRUCKER (1999: 190), a centralidade que a escola tem na sociedade impõe desafios e especificações diferentes daquelas estabelecidas na modernidade e que ainda estão presentes nas estruturas dos sistemas escolares. Para este autor, estes desafios são os seguintes: deve prover uma educação universal de ordem superior; precisa imbuir os estudantes de todos os níveis e todas as idades de motivação para aprender e da disciplina do aprendizado permanente; tem que ser um sistema aberto, acessível tanto a pessoas altamente educadas como a pessoas que, por qualquer razão, não tiveram acesso a uma educação avançada anteriormente; ela precisa comunicar conhecimento como substância e também como processo; precisa permear toda a sociedade.

As instituições educacionais podem ser avaliadas a partir de diversos focos. A maioria dos estudos sobre estas instituições concentra-se nas questões de natureza pedagógica, a partir de elementos como currículo, avaliação de aprendizagem, didática, e outros. Especialmente a partir da década de 80 muitos estudiosos tem se concentrado na análise da gestão destas instituições.

Desde então, aspectos como autonomia, qualificação de recursos humanos, democratização da gestão, financiamento e avaliação institucional passaram a ser pauta das discussões tanto na esfera pública quanto privada. Apesar da concentração das discussões nos pensadores do campo da Educação, o debate prossegue e se enriquece com a inclusão de perspectivas distintas, especialmente pelos estudiosos dos campos de Administração, Sociologia e Economia.

A análise deste trabalho está realizada em dois momentos: inicialmente é feita uma rápida explanação sobre a educação ambiental; em seguida são analisadas questões que são foco nos estudos de Administração, especialmente as variáveis custos e qualidade, de modo a apresentar a maneira como estas variáveis se comportam nas instituições educacionais que tem foco de gestão na responsabilidade ambiental. Relativo aos elementos de análise, foram tomados como foco: os alunos, os receptores diretos dos serviços; a sociedade, também receptora dos serviços; e as instituições, as fornecedoras dos serviços. É importante observar que muitas das considerações feitas a seguir são oriundas das discussões dos autores com diretores de escolas e com profissionais mais voltados para o mundo acadêmico.

3.2 A educação ambiental: um primeiro passo

A Lei nº 9795/1999 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil, fundamentando a obrigatoriedade de se abordar o tema ambiental de forma transversal. Em seu Art. 1º, a referida Lei define a educação ambiental como o processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Dentre os princípios básicos da educação ambiental contemplados na referida lei estão: enfoque humanista,

holístico, democrático e participativo e de sustentabilidade; pluralismo de idéias e concepções pedagógicas (inter, multi e transdisciplinar); vinculação entre a ética, educação, trabalho e as práticas sociais; garantia de continuidade e permanente avaliação crítica do processo educativo; articulação com as questões locais, regionais, nacionais e globais e o respeito e o reconhecimento à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Nestes termos, cabe às instituições o desenvolvimento de um projeto consistente e realmente multidisciplinar de educação ambiental, de modo a contemplar os tópicos prescritos pela Lei, e agregar características adicionais, co destaque para o foco no local e na dimensão do convívio cotidiano dos estudantes. Conforme sugere Rignonat (2002; 141),

“se torna imprescindible fomentar una educación ambiental que promueva un mayor conocimiento y el sostén de valores que rescaten la importancia de lo local, involucrándose con las problemáticas inmersas en la vida cotidiana de las personas. Para ello se hace imprescindible la construcción de un pensamiento centrado en la complejidad, en la interdisciplinaridad, priorizando la equidad para que se traduzca en nuevas mentalidades y comportamientos”.

Mas como efetivar estes princípios? Segundo Mello e Oliveira (2002), a educação ambiental só pode ser efetiva se todos os membros da sociedade participarem, de acordo com suas habilidades, das complexas e múltiplas tarefas de melhoria das relações das pessoas com seu meio ambiente.

Em função disso, o papel da educação ambiental aparece como meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação entre a sociedade e a natureza na busca de soluções para os problemas ambientais. Com a necessidade de inclusão dos conteúdos ambientais no currículo escolar, ainda que de forma transversal, passa-se a tratar as diversas áreas do conhecimento, na tentativa de impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental.

A iniciativa da educação ambiental, como componente de um projeto mais amplo da instituição educacional, contempla a dimensão mais diretamente associada ao trabalho deste tipo de organização. Nas dimensões de análise deste ensaio, podemos identificar que a educação ambiental tem os seguintes aspectos.

Para os alunos, a educação ambiental, como uma disciplina independente ou com conteúdos dispersos nas demais, promove inicialmente a possibilidade de acesso a uma forma de conhecimento que se faz cada vez mais indispensável para o exercício profissional e da cidadania. Além disto, as inúmeras alternativas de abordagens metodológicas da temática podem promover uma aprendizagem mais consistente, especialmente pela possibilidade de diálogos interdisciplinares da temática ambiental com as demais disciplinas.

Em termos institucionais, a educação ambiental promove para a escola, além do cumprimento da prescrição legal, a realização de seu papel enquanto instituição de formação de cidadãos pró-ativos e conscientes. É ainda uma situação que propicia a adoção de novas metodologias de ensino, algo de grande relevância no debate sobre ensino-aprendizagem atualmente. É por motivos como os referidos que muitas instituições tem desenvolvido diversos projetos de educação ambiental, como temas em eventos culturais e desportivos ou por meio de aulas de campo realizadas em locais propícios ao debate ambiental.

Pensando em termos de sociedade, a adoção da temática ambiental nas atividades curriculares das instituições de ensino tem como vantagem a formação dos sujeitos ambientalmente responsáveis, com uma formação mais consistente. Além disto, o debate ambiental no nível da instituição escolar amplia e dá mais eficiência às discussões, posto que a escola é instituição social de formação reconhecidamente mais eficiente para a consolidação de conceitos e transmissão de cultura.

3.3 A gestão voltada para a responsabilidade ambiental: um avanço necessário

Os aspectos de gestão aqui destacados estão concentrados na questão dos custos, da qualidade e da vantagem competitiva. A dimensão de custos se constitui em uma dos maiores preocupações nas instituições educacionais. Apesar dos enormes investimentos em educação realizados pelo estado e pelas famílias, os custos têm uma tendência de crescimento, especialmente pela evolução tecnológica, que coloca para as instituições a necessidade de atualização contínua, e pela tendência de valorização do profissional da educação, que exige, e merece, maiores investimentos em remuneração e formação continuada.

O dimensionamento dos custos nas organizações educacionais é problemático. Na medida em que certos desembolsos, como aqueles de pessoal, por exemplo, são facialmente alocados como custos, outros introduzem complicadores, como os investimentos em material de biblioteca ou laboratório, entendidos ora como custos, ora como investimentos (MOREIRA, 2003).

As instituições de ensino certamente terão diversas vantagens de custos ao adotarem uma orientação de gestão no

sentido da responsabilidade ambiental. Relativo a seus clientes diretos, os alunos, a consistência de uma política neste sentido terá reflexos a partir do trabalho docente, que procurará aprimorar o uso de recursos pedagógico. Tal orientação tem ainda como benefício para estes interessados a possibilidade da oferta de outros serviços pela instituição a partir da reorientação dos gastos.

Esta orientação também induz à realização de diversos projetos educativos que possibilitam a redução de custos, tais como programas de reciclagem e aproveitamento de materiais envolvendo os alunos, como a produção pelos próprios alunos de materiais de uso na própria escola. Projetos deste tipo são realizados em diversas escolas nas aulas de Química, Biologia e outras.

No aspecto institucional, diversas vantagens de custos de uma orientação para responsabilidade ambiental são perceptíveis, sendo a redução do desperdício a principal, e, secundariamente, o uso de práticas de reciclagem. O direcionamento dos custos reduzidos para novos serviços aprimora a ação organizacional, e possibilita a realização de programas de qualificação de profissionais, o que possibilita o aprimoramento das ações tanto em nível pedagógico quanto administrativo.

De maneira mais ampla, o benefício de custos de uma orientação de gestão voltada para a responsabilidade ambiental por parte das instituições educacionais terá reflexos e beneficiará toda a sociedade, na medida em que reduz o ônus do serviço que é pago pela sociedade, seja por meio do Estado (nas instituições públicas), ou das famílias (nas instituições particulares). A melhoria da qualidade, a possibilidade de outros serviços ou o aprimoramento dos serviços já prestado, e até a redução de emissão de resíduos de lixo em razão da reciclagem são benefícios extensivos a toda a sociedade.

Um outro aspecto relevante na organização educacional voltada para responsabilidade ambiental reside na qualidade. A qualidade nas organizações educacionais, pensada tanto por pensadores da Educação quanto da Administração, guarda alguns aspectos controversos. Assim, a qualidade enquanto metodologia para a eficiência operacional (propalada pela corrente chamada Qualidade Total), foi fortemente criticada quando tentada sua aplicação no contexto educacional. Atualmente a qualidade é valorizada mais como uma filosofia de produção e prestação de serviços do que como um conjunto de métodos e modelos. Aqui utilizamos a expressão neste sentido.

A qualidade é um outro grande benefício que se gera para as organizações educacionais voltadas para a responsabilidade ambiental. Um serviço prestado com atenção ao meio ambiente poderá, em relação aos alunos, consolidar um novo paradigma de aprendizado, calcado na correta utilização dos materiais didáticos, com foco direcionado para a eficiência e para o aprimoramento contínuo. Esta mesma perspectiva possibilita a motivação de pessoal (SANCHES, 2000).

Além destes fatores, ligados diretamente à eficiência operacional, a gestão com responsabilidade ambiental traz benefícios de natureza estratégica para as instituições que a adotam. A propagação junto à sociedade de esforços de preservação tem sido apontada como fator de vantagem de marketing para diversas instituições industriais e comerciais, na medida em que os clientes demonstram interesse de consumir os produtos relacionados a empresas que têm preocupação ambiental (BARROSO e BATISTA, 2001; BARROSO e PINHEIRO, 2002). É possível acreditar que uma orientação semelhante seja possível em organizações de serviços.

A percepção de todos estes elementos pelas organizações educacionais permite verificar que, nestas instituições, o envolvimento com a questão ambiental vem representar um avanço necessário, na medida em que a sociedade necessita da participação ativa da escola, com a educação ambiental ou com a gestão com foco na responsabilidade ambiental, e a escola precisa se envolver, seja para cumprir sua missão educacional, seja como forma de obter vantagem competitiva.

Considerações finais

Nas considerações feitas ao longo deste trabalho, que tiveram a finalidade de discutir a gestão ambiental (pelos autores compreendida como a gestão voltada pela responsabilidade ambiental) a partir do foco específico da organização educacional, evitou-se partir de um discurso genérico e desfocado, e a consideração da instituição de ensino foi feita em razão da necessidade do envolvimento desta para a consolidação de uma nova consciência ambiental e de um novo paradigma de gestão.

Considera-se que a participação destas instituições somente a partir da educação ambiental não atende às necessidades colocadas na questão ambiental. Neste sentido, a efetivação de uma gestão com foco no meio ambiente, normalmente pensada como necessário somente para as organizações industriais, torna-se uma demanda de grande relevância para todas as organizações que tem finalidade educacional.

Os benefícios de tal orientação podem ser verificados de várias maneiras e em vários níveis, tanto para o aluno como para a instituição, e estendendo-se, por consequência, a toda a sociedade. Neste sentido, dada a amplitude colocada, os autores reconhecem que as observações acima expostas são somente parte de um debate muito mais amplo, que deverá ser desenvolvido tanto no âmbito acadêmico quanto nas atividades cotidianas das instituições de referência. Acredita-se que, apesar da forma genérica como foram desenvolvidas as idéias, foi possível dar uma contribuição para o debate sobre a gestão

ambiental.

Por outro lado, consideramos conveniente apresentar algumas recomendações relacionadas à temática. Acredita-se que as organizações educacionais necessitam, além da consciência da importância da gestão ambiental, de modelos de aplicação. Assim, o desenvolvimento de modelos de gestão ambiental que considerem as peculiaridades destas organizações constitui um importante desafio para teóricos, consultores e dirigentes de instituições.

Também consideramos relevante o desenvolvimento de um mecanismo de reconhecimento das ações ambientais desenvolvidas por organizações educacionais. Um mecanismo de certificação, que poderia ser desenvolvido por organizações de representação do setor, numa parceria do setor privado com o setor público e as organizações não-governamentais, possivelmente induziria o envolvimento de muitas instituições na busca de gestão ambientalmente responsável.

Como estudos a serem desenvolvidos, consideramos que a realização de pesquisas descritivas ou estudos de casos apontando experiências de organizações que se voltaram para a gestão ambiental poderiam ser realizados, como forma de se identificar o que a realidade empírica tem a revelar.

Referências

- ALIER, J. M. *De la economia ecologica al ecologismo popular*. 3. ed. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1995.
- BARROSO, H. C. M. P.; BATISTA, P. C. S. Visões do meio ambiente e embate ideológico: uma perspectiva organizacional. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DA UNIFOR, 2., Fortaleza, 2001.
- BARROSO, H. C. M. P.; PINHEIRO, D. R. C. Tecnologia de produção e preservação: estratégia empresarial e alternativa. *Revista de Humanidades*, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 52-58, jan./jul. 2002.
- CALLENBACH, E. et al. *Gerenciamento ecológico*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- CARNEIRO, M. A. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CARRIERI, A. de P. O meio ambiente: discurso consistente ou retórica? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2000, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: ANPAD, 2000. 1 CD-ROM
- CARVALHO, L. F. N. Ecologia organizacional e estratégia empresarial: uma proposta para integração de frameworks. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.
- DRUCKER, P. F. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira/Publifolha, 1999.
- EGRI, C. P.; PINFIELD, L. T. Organization and the biosphere: ecologies and environment. In: *Handbook of Organizations Studies*. London: Sage, 1996.
- ELY, A. *Economia do meio ambiente: uma apreciação introdutória interdisciplinar da poluição, ecologia e qualidade ambiental*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1986.
- GIDDENS, A. *Consequences of modernity*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- LAYRARGUES, P. P. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da poluição*. 1996. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- LEIS, H. R. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: UFSC, 1999.
- MELLO, M. C. A. de; OLIVEIRA, J. M. de. Uma nova forma de ensino e aprendizagem em administração: a interação Universidade-Comunidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.
- MOREIRA, D. A. Produtividade, custos e qualidade do ensino na universidade. In: MOREIRA, D. A. (Org.). *Didática do ensino superior: técnicas e tendências*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- MUZZIO, H. C. P. B.; PINHEIRO, D. R. C. Tecnologia de produção e preservação: Estratégia empresarial e alternativa. *Revista de Humanidades*, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 52-58, jan./jul. 2002.

PORTER, M. E.; LINDE, C. Green and competitive: ending the stalemate, In: PORTER, M. E. *On competition*. Boston: Harvard Business Review Book, 1998.

RIGORAT, M. C. Hacia una educación ambiental anclada en el local. *Revista Gestão em Ação*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 127-144, jul./dez. 2002.

ROCHA, J. M. da. Política internacional para o meio ambiente: avanços e entraves pós conferência de Estocolmo. *Revista do Centro de Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 229-240, dez. 2003.

ROSENBERG, C. Nota alta. *Exame*, São Paulo, ano 36, n. 7, p. 35-45, abr. 2002.

SANCHES, C. S. Gestão ambiental proativa. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 76-87, jan./mar. 2000.

Recebido em: 30.3.2005

Aprovado em: 25.5.2005